

## OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Liana Soares<sup>1</sup>; Jaíne Kraemer<sup>2</sup>; Odir Luiz Fank<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Responsabilidade. Informação. Regras. Padronização.

### 1 INTRODUÇÃO

A quebra da Bolsa de Nova York em 1929 foi um momento marcante para a história da contabilidade. Tendo em vista que após a Primeira Guerra Mundial houve um intenso período de recessão, as empresas tinham muitos produtos a ofertar para pouca procura, causando assim um grande desequilíbrio. As entidades precisavam de investimentos e para isso começaram a maquiagem as suas demonstrações contábeis, com indícios mais favoráveis para atrair novos empreendedores, e no intuito de voltar a se desenvolver. No momento em que os investidores perceberam que os resultados apresentados não coincidiam com a realidade atual da empresa, começaram a querer vender as suas ações. Como o escândalo já estava anunciado ninguém queria comprar, o que ocasionou a Quebra da Bolsa de Nova York, que para a economia mundial foi uma tragédia. (SIQUEIRA, 2016).

As questões contábeis daquela época (maquiagem) eram possíveis porque não havia um padrão estabelecido, originando-se, dessa forma os Princípios Contábeis que tem o “compromisso de fixar regras de procedimento técnico a serem seguidas por todos os contadores, evitando assim, que os balanços fossem elaborados por critérios subjetivos, ao sabor de interesses individuais ou de empresários.” (SIQUEIRA, 2004, p. 6).

Diante do enunciado, gerou-se a seguinte questão: Qual é a finalidade dos Princípios Contábeis?

O estudo tem o objetivo geral de descrever e compreender o propósito dos Princípios Contábeis. Como objetivos específicos o estudo apresenta: a) identificar a origem dos Princípios Contábeis; b) verificar o seu conceito subjetivo perante a Contabilidade; c) descrever estes Princípios, analisando os Artigos da sua atual Resolução CFC nº 1282/10, no qual foram estudados e examinados para a elaboração e o desenvolvimento deste trabalho.

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de ciências contábeis da Fai Faculdades. E-mail: soareslianasoares@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do curso de ciências contábeis da Fai Faculdades. E-mail: jainekraemer08@gmail.com

<sup>3</sup>Mestre em Ciências Contábeis Professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis da FAI Faculdades. E-mail: odirfank@hotmail.com

Justifica-se o projeto pela necessidade que há em se obter mais informação sobre o tema, que é de grande relevância na área de Ciências Contábeis e a necessidade de melhor conhecê-lo.

O estudo está baseado em sua natureza como pesquisa bibliográfica, pois foi feita uma pesquisa em sites relacionados ao tema e livros que tratam do mesmo assunto. Os dados são secundários por se tratar de elementos já pesquisados por outros estudiosos. Não foi feita pesquisa de campo, pois a natureza da pesquisa é apenas bibliográfica.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O assunto tratado será Princípios Contábeis que foi abordado pela resolução CFC nº 1.282/10, no qual os Artigos representam e explicam tais: Princípio da Entidade, Princípio da Continuidade, Princípio da Oportunidade, Princípio do Registro pelo Valor Original, Princípio da Competência e conseqüentemente o Princípio da Prudência.

### **2.1. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS**

#### **2.1.1 Origem dos Princípios Contábeis**

A origem deu-se fundamentalmente nos EUA com a preocupação de elaborar princípios contábeis durante a década de 1930. Assim, sua ideia era baseada na elaboração de guias orientando a prática dos registros, além do preparo para as possíveis demonstrações. Embora os europeus interessados no assunto, principalmente os italianos, a prática inexistia para a elaboração dos mesmos (VASCONCELOS, 2009).

Isso se explica pela falta de pragmatismo dos italianos da chamada era doutrinária da Contabilidade, excessivamente preocupados com a discussão de conceitos subjetivos, sem aplicação prática, que embora tivessem contribuído de forma magistral para a teoria contábil, não fixaram regras práticas que servissem de guias para os registros contábeis e de parâmetros para verificar-se, de forma objetiva, se tais registros eram executados de forma harmônica e uniforme em qualquer registro contábil, independente de circunstâncias, localização ou pontos de vistas pessoais. (VASCONCELOS apud FRANCO, 1988, p. 29).

Em uma empresa hoje, é fundamental registrar tudo o que acontece, isso requer muita responsabilidade, dedicação e confiança, pois se algo for lançado ou registrado errado, poderá ocasionar grandes problemas, principalmente econômicos.

#### **2.1.2 Conceito de princípios contábeis**

Os Princípios Contábeis, gerados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC,) no qual contem corporações de trabalho em atuação contínua, elaborando e verificando as regras que devem ser cumpridas pôr os profissionais do setor contábil, estabelecem normas que orientam o processo, delimitando assim as aplicações contábeis. Os mesmos apresentam uma linguagem uniforme que deverá ser compreendida pelos usuários com uma única interpretação, facilitando a análise dos dados da mensuração patrimonial, dos registros contábeis. Estabelecendo assim, um melhor entendimento a respeito do patrimônio de determinada entidade. (BUGARIM, et al., 2008).

Segundo Lopes (2016), no início da década 1980 o Conselho Federal de Contabilidade enunciou a resolução CFC nº 530/81 que apresentou a tese dos Princípios Contábeis. Porém, a mesma foi substituída pela Resolução CFC nº 750/93, que evoluiu seus conceitos, se adequando com a contabilidade daquela década (1990), onde apresentou um novo repertório de Princípios Fundamentais de Contabilidade, entre eles: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro Pelo Valor Original; Atualização Monetária; Competência.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade passaram a se chamar Princípios Contábeis novamente a partir do dia dois de junho de dois mil e dez, por força da Resolução CFC nº 1.282/2010, no qual se desvinculou Atualização Monetária.

### 2.1.3 Classificação dos princípios contábeis

De acordo com a resolução CFC nº 1.282/10, indica que os Princípios Contábeis são categorizados em seis partes, os quais veremos a seguir.

Conforme o Artigo 4º desta Resolução, o **Princípio da Entidade** considera o Patrimônio o objeto da contabilidade e menciona a autonomia patrimonial. O patrimônio da Entidade é diferente do patrimônio de seus sócios. O patrimônio pertence à Entidade não ao contrário, onde a Entidade pertenceria ao patrimônio.

As despesas do(s) proprietário(s), onde se encontra em uma pessoa física, não devem ser contabilizadas e nem misturadas com as contas da pessoa jurídica (empresa, associação, instituição, com ou sem fins lucrativos) no qual ela se encontra (SZUSTER et al, 2008).

Art. 5º “O **Princípio da Continuidade** pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do Patrimônio levam em conta esta circunstância.” (Resolução CFC nº 1.282/10).

Portanto, segundo o Art. 5º o Princípio da Continuidade a operação na entidade deve ser (fora exceções), com tempo indeterminado.

Em conformidade com o **Princípio da Oportunidade**, o profissional contábil deve identificar as transações no primeiro momento em que tomar consciência de seu acontecimento e mensura-lo de forma adequada (SZUSTER et al 2008).

De acordo com o Art. 7º da Resolução CFC nº 1.282/10, o **Princípio do Valor Original** baseia-se nos elementos patrimoniais. Assim, estes elementos devem ser registrados pelos responsáveis pela contabilidade de determinada empresa pelo seu valor original, isso é, o expresso na moeda nacional. Assim, os registros são baseados no valor custo, ou seja, adquirido pela empresa, ou então, pelo valor obtido após a sua fabricação, incluindo todas as despesas necessárias para que o produto esteja em perfeito estado para o consumo ou utilização. Para tanto, caso o produto esteja em moeda estrangeira, o mesmo deve proceder tendo que ser convertidos à moeda nacional.

O **Princípio de Competência** afirma que o produto deve ser registrado de acordo com o mês executado pela compra. Ou seja, se o produto for adquirido no mês de março, o registro da compra deve ser constado no mês de março, e assim respectivamente com outros meses, independente se foi pago ou não (SZUSTER et al 2008).

Perante ao **Princípio de Prudência** segundo Szuster et al (2008, p. 95) “sempre que existirem dois ou mais valores iguais válidos para um item do ativo ou da receita, deverá ser registrado o menor; e o maior quando referente a um passivo ou a uma despesa”.

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. (Resolução CFC nº 1.282/10).

Neste Princípio evidencia que sempre deve ocorrer uma certa precaução em relação ao valor entrado na empresa.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assuntos apresentados neste trabalho, possuem importante papel para adequar os registros contábeis, normatizar e regular, padronizando e efetuando condições claras e precisas a respeito de determinada empresa ou órgão. Esses Princípios da Contabilidade apresentam um conjunto harmônico, onde são aplicados pelos atuantes do ramo financeiro.

Sua finalidade é estabelecer regras e padronizar a maneira de como é aplicada os registros e a escrituração contábil.

Por todos esses aspectos, chega-se à conclusão que os PRINCÍPIOS CONTÁBEIS não só fazem parte do estudo da área contabilista, como também são de devida importância para o

condicionamento de uma empresa, sendo estes fatores primordiais para a correta execução dos mesmos.

Consequentemente, a não utilização, ou até a utilização incorreta dos Princípios Contábeis gera consequências no saldo do caixa, tal como no estoque de mercadorias e nos valores de contas a pagar, fazendo com que o serviço do contador seja dificultado. Para tanto, saber e conhecer tais elementos torna-se algo necessário e obrigatório para os estudantes da área, no qual utilizarão futuramente.

Desta forma, conhecer e aprimorar nossos conhecimentos em relação ao devido assunto tem sua relevância, uma vez que se tratou de um assunto importante e de grande necessidade, servindo de base para o trabalho correto e de acordo com as normas impostas, para que futuramente sejamos excelentes contadores, além de profissionais que prezam, antes de tudo, os princípios que lhe foram repassados.

## REFERÊNCIAS

BUGARIM, M. et al. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Disponível em:

<[http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Livro\\_PrincipioseNBCs.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Livro_PrincipioseNBCs.pdf)>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

LOPES, A. **Os princípios contábeis segundo a Resolução CFC 750/93**. Brasil Escola. Disponível em:

<<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/osprincipioscontabeissegundoesolucaocfc750.htm>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

MOREIRA, **Contabilidade Comercial**. 2013. Trabalhos Gratuitos. Disponível em:

<<https://www.trabalhosgratuitos.com/SociaisAplicadas/Servi%C3%A7oSocial/CONTABILIDADECOMERCIAL84048.html>>. Acesso em 12 de maio de 2016.

SIQUEIRA, A. C. P. de. **Harmonização Internacional das normas contábeis: um grande desafio para a profissão contábil**. Disponível em:

><http://www.milenio.com.br/siqueira>>. Acesso em: 14 setembro 2016.

SÓ CONTABILIDADE. **Princípios de contabilidade**. 2016. Só Contabilidade. Disponível em: <<http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/principios.php>>. Acesso em 09 de maio de 2016.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, Y. **A origem dos princípios contábeis**. Maio, 2009. Contabilidade Geral. Disponível em: <<http://contgeral.blogspot.com.br/2009/05/origemdosprincipioscontabeis.html>>. Acesso em 05 de maio de 2016.